



Parte 3. Inventários, Modelos, Listagens

1. Inventário de meios e recursos (Base de Dados)

Conteúdos reservados

Não são submetidos a consulta pública, de acordo com o disposto no n.º1 do artigo 6º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio.

Documento de
consulta pública



2. Inventário de meios e recursos (Cartografia)

Conteúdos reservados

Não são submetidos a consulta pública, de acordo com o disposto no n.º1 do artigo 6º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio.

Documento de
consulta pública



3. Lista de contactos

Conteúdos reservados

Não são submetidos a consulta pública, de acordo com o disposto no n.º1 do artigo 6º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio.

Documento de
consulta pública



4. Modelos

O PMEPCN inclui um conjunto de modelos (fichas de registos, relatórios, requisições, comunicados, fitas de tempo, etc) com conteúdos pré-definidos, de modo a facilitar a gestão operacional numa situação de acidente grave ou catástrofe.

Seguem-se os modelos que devem ser utilizados no município de Nordeste.

4.1. Registos:

As fichas de registo destinam-se a recolher informações diversificadas sobre a temática da proteção civil no concelho de Nordeste.

a) Ficha de Registo – Caracterização do Risco

A ficha de registo apresentada na tabela que se segue destina-se a caracterizar os riscos num determinado local face à previsibilidade de ocorrências.

Tabela 38 Exemplo de Ficha de Registo – Caracterização do Risco.

Ficha de Registo N.º _____/20____, de ____/____/20____				 	
Caracterização do risco:					
Categoria:			Descrição:		
Área de estudo:					
Data de registo: ____/____/____			Data de revisão: ____/____/____		
1. Ocorrências – dados históricos:					
2. Estimativa do grau de gravidade e probabilidade de ocorrência:					
Risco	Gravidade			Probabilidade	
	População	Ambiente	Socioeconomia		
3. Grau de risco:					
Probabilidade elevada	Risco baixo	Risco moderado	Risco elevado	Risco extremo	Risco extremo
Probabilidade média-alta	Risco baixo	Risco moderado	Risco elevado	Risco elevado	Risco extremo
Probabilidade média	Risco baixo	Risco moderado	Risco moderado	Risco elevado	Risco extremo
Probabilidade média-baixa	Risco baixo	Risco baixo	Risco moderado	Risco elevado	Risco extremo
Probabilidade baixa	Risco baixo	Risco baixo	Risco moderado	Risco moderado	Risco extremo
	Gravidade residual	Gravidade reduzida	Gravidade moderada	Gravidade acentuada	Gravidade crítica
4. Medidas de prevenção e mitigação implementadas:					
5. Medidas de prevenção e mitigação a implementar:					



b) Ficha de Registo – testes de comunicação de rádio

A ficha de registo que se segue destina-se a registar os testes de comunicação de rádio efetuados pelos serviços da proteção civil.

Tabela 39 Exemplo de Ficha de Registo – testes de comunicação de rádio.

[illegible]



c) Ficha de Registo – Fita de Tempo

A ficha de registo que se segue destina-se a anotar todas as comunicações e ações efetuadas por cada serviço de proteção civil, de modo a permitir a elaboração da fita de tempo por parte do SMPCN.

Tabela 40 Exemplo de Ficha de Registo – Fita de Tempo.

[illegible]



4.2. Relatórios:

Os relatórios têm por objetivo permitir aos órgãos de conduta e coordenação operacional avaliar a situação e a sua evolução em caso de acidente grave ou catástrofe, dando-lhes, assim, capacidade de intervenção para o mais rapidamente possível se controlar a situação e minimizar os seus efeitos.

O modelo que se segue reúne um conjunto de informações essenciais para descrever a ocorrência e seus incidentes e consequentes ações dos diversos agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio.

Numa fase inicial tal documento consistirá num Relatório Imediato de Situação que, no desenvolvimento da ocorrência, dará lugar aos Relatórios de Situação Geral ou Especial. Após a desativação do plano deverá ser elaborado um Relatório Final.

Os Relatórios Imediatos de Situação têm origem nas forças ou meios locais de intervenção e/ou sistema local de Proteção Civil e destinam-se aos órgãos de comando ou coordenação operacional dos escalões superiores respetivos. São transmitidos pela via de comunicação mais rápida e disponível podendo, atendendo às circunstâncias, ser verbais.

Os Relatórios de Situação Geral podem ter origem em qualquer escalão dos meios de intervenção ou do sistema de proteção civil e destinam-se aos escalões imediatamente superiores; podem ser periódicos, com horário previamente estabelecido, ou emitidos por solicitação de entidades com competência para tal. Em regra devem ser escritos, podendo excecionalmente ser verbais e passados a escrito no mais curto espaço de tempo possível.

Os Relatórios de Situação Especial são solicitados pelo diretor do plano a qualquer entidade interveniente e destinam-se a esclarecer pontos específicos ou setoriais da situação.

Os Relatórios Finais devem ser elaborados pelo diretor do plano e incluir uma descrição da situação de emergência ocorrida e das principais medidas adotadas.

As tabelas que se seguem constituem exemplos de relatórios a adotar pelos serviços de proteção civil no concelho de Nordeste.

Documento de
consulta pública



Tabela 41 Exemplo de Relatório a adotar no concelho de Nordeste.

Relatório _____		 	
Ponto de situação da emergência			
Município de Nordeste			
Relatório N.º ____/20____			
Data: ____/____/20____ Hora: ____ (h): ____ (m)			
1. Ocorrência			
Tipo/Natureza			
Área afetada			
Local			
Coordenadas (PTRA08)			
2. Danos pessoais			
Mortos		Desaparecidos	
Feridos graves		Feridos ligeiros	
Desalojados		Deslocados	
Evacuados		Soterrados	
3. Danos no edificado / infraestruturas			
Edifícios	Danos ligeiros	Danos graves	Colapsados
4. Danos em vias de comunicação			
Vias	Danos ligeiros	Danos graves	Colapsados
5. Danos em transportes			
Transportes	Danos ligeiros	Danos graves	Colapsados
6. Danos em infraestruturas básicas			
Redes	Danos ligeiros	Danos graves	Colapsados
7. Outras informações			
8. Necessidades			
9. Responsável pela elaboração do relatório			
Data: ____/____/20____		Nome a assinatura	
		Nome: _____ Assinatura: _____	



Tabela 42 Exemplo de Relatório Final a adotar no conselho de Nordeste.

Relatório Final							 	
Município de Nordeste								
Relatório n.º /ano				Ativação do Plano:		[SIM]	[NÃO]	
Data: dias/mês/ano Hora: __(h):__(m)				Reunião da Comissão		[SIM]	[NÃO]	
				Comunicação ao SRPCBA		[SIM]	[NÃO]	
1. Ocorrência								
Tipo/Natureza								
Alerta	GDH							
	Fonte							
Breve descrição / desenvolvimento								
ID	Locais afetados			Tipo		Hora	Coordenadas (PTRA08)	Ref. SIG
Risco			Causa			Observações		
2. Avisos à População e Comunicação Social								
3. Meios intervenientes nas operações								
Entidade			N.º de operacionais		N.º de veículos		Outros meios	
4. Eficácia dos meios de resposta								
Entidade			Eficácia					Observações
			Muito boa	Boa	Satisfatória	Pouco eficiente	Nada eficiente	
5. Postos de comando operacional (PCO)								
ID	Localização	Apoio Técnico			Responsável			
		Entidade	Nome		Nome	GDH		
6. Danos humanos								
ID	População	Feridos		Mortos	Evacuados	Desalojados	Outros meios	
		Ligeiros	Graves					
Total								
7.								
ID	Espécie	Mortos			Feridos		Observações	
Total								



8. Danos em edifícios							
ID	Tipo	Destruídos		Danos graves		Danos ligeiros	
		N.º	Causas	N.º	Causas	N.º	Causas
Total					-		-
9. Danos em vias de comunicação							
ID	Tipo	Destruídas	Danificadas	Interrompidas	Observações		
Total							
10. Danos em veículos							
ID	Tipo	Destruídos	Danificados	Observações			
Total							
11. Danos em infraestruturas da rede de distribuição							
ID	Tipo	Destruídos	Danificados	Observações			
Total							
12. Danos em infraestruturas da rede de comunicações							
ID	Tipo	Destruídos	Danificados	Observações			
Total							
13. Danos ambientais							
ID	Tipo (por vertente ambiental)	Quantidade (ha, Km, n.º)	Local	Observações			
Total							
14. Assistência fornecida à população							
ID	Tipo	Quantidade	Requerida por	Fornecida por	Observações		
15. Realojamento							
ID	Local					N.º	
Total							
16. Apreciação global das operações e da organização (Avaliação)							
Descrição		Pontos fortes		Pontos fracos		Constrangimentos	
17. Ações de reabilitação							
Realizadas (breve descrição)							
Previstas (breve descrição)							



18. Estimativas de custos	
Dano	Custo
Total	
19. Comentários finais:	
20. Medidas de mitigação:	
21. Fotografias	
Legenda	Legenda
Legenda	Legenda
22. Anexos	
1. Mapa	[SIM] [NÃO]
2. Fita de tempo	[SIM] [NÃO]
2. Estimativa dos Custos	[SIM] [NÃO]
23. Responsável pela elaboração do relatório	
Nome	Nome a assinatura
	Nome: António Miguel Soares
Data: __/__/20__	Assinatura: _____

4.3. Requisições:

Estão também previstos modelos de requisições a aplicar em situações de acidente grave ou catástrofe destinados a garantir o fornecimento de artigos e bens de consumo tais como: alimentos, medicamentos, agasalhos, alojamento, material sanitário, água, energia e combustíveis, entre outros.

A tabela que se segue é um exemplo de requisição que deve ser adotado pelos serviços de proteção civil no concelho de Nordeste.

Tabela 43: Exemplo de modelo de requisição.

Requisição			
Município de Nordeste			
Requisição N.º ____/20__			
Data: __/__/20__ Hora: ____ (h): ____ (m)			
1. Entidade requisitante			
Entidade			
Serviço / delegação			



2. Especificação do produto / equipamento / serviço			
Tipo	Código (se existente)	Entidade que fornece	Quantidade
3. Finalidade da requisição			
4. Identificação dos responsáveis			
Requisitante		Despacho de autorização	
Data da requisição: __/__/20__		Data do despacho: __/__/20__	
Nome:		Nome:	
Assinatura: _____		Assinatura: _____	

4.4. Avisos à população:

Prevendo-se a divulgação pública de avisos e medidas de autoproteção, diretamente à população ou através dos órgãos de comunicação social, a ação desenrolar-se-á quer na fase de pré-emergência, segundo a divulgação de comunicados ou folhetos destinados a sensibilizar a população para a adoção de uma cultura de prevenção e autoproteção, quer na fase de emergência através de informações sobre o evoluir da situação e respetivas medidas a adotar.

A tabela que se segue contém o modelo que deve ser utilizado pelos serviços de proteção civil de Nordeste para transmissão de informação à população em caso de emergência.

Tabela 44: Exemplo de modelo de aviso à população.

Aviso à população				
Município de Nordeste				
Aviso N.º __/__/20__				
Data: __/__/20__ Hora: __ (h): __ (m)				
1. Entidade emitente				
Entidade				
Serviço / delegação				
2. Natureza da ocorrência				
Ocorrência	Localização		Efeitos da ocorrência	
3. Situação atual da ocorrência				
4. Meios empenhados no terreno / ações em curso				
1. O plano foi ativado?				
Sim				
Não				
5. Orientações à população (medidas de autoproteção, regras de evacuação, etc)				



6. Áreas de acesso restrito (se existentes)	
7. Locais de Reunião, de acolhimento provisório ou assistência (se existentes)	
8. Números de telefone e locais de contacto para obtenção de informações	
9. Receção de Donativos	
10. Inscrições para serviço voluntário	
11. Previsão da evolução da situação	
12. Instruções para o regresso das populações evacuadas	
13. Data e hora do próximo comunicado	
14. Identificação dos responsáveis	
Responsável pelo preenchimento	Despacho de autorização
Data: __/__/20__	Data do despacho: __/__/20__
Nome:	Nome:
Assinatura: _____	Assinatura: _____

4.5. Dísticos

As viaturas requisitadas, os trabalhadores das entidades de proteção civil, das APC, dos OEA e dos voluntários devem ostentar um dístico de autorização de acordo com o modelo abaixo apresentado. O dístico das viaturas deve ser colocado no para-brisas.





4.6. Ficha de avaliação de exercícios

Sempre que sejam realizados exercícios e/ou simulacros de proteção civil no concelho de Nordeste, cada entidade participante deve preencher uma ficha de avaliação, a remeter posteriormente ao Diretor do Plano para efeitos de elaboração do relatório final do exercício.

Tabela 45: Exemplo de modelo de relatório de avaliação de exercícios.

Relatório de avaliação de exercícios				 	
Município de Nordeste					
Exercício: _____					
Data do exercício: ____/____/20____					
Data do debriefing: ____/____/20____					
2. Entidade					
Entidade					
Nome do avaliador					
3. Cenário					
Ocorrência		Localização		Efeitos da ocorrência	
4. O plano foi ativado?					
Sim	☐				
Não	☐				
5. Pontos fortes e pontos fracos					
Pontos fortes			Pontos fracos		
6. Procedimentos preparatórios					
As entidades participantes foram avisadas sobre a realização do exercício?		Sim	☐		
		Não	☐		
Foi perceptível qual o âmbito do exercício?		Sim	☐		
		Não	☐		
Foram entendidos quais os objetivos do exercício?		Sim	☐		
		Não	☐		
7. Procedimentos operacionais					
Foram divulgados os alertas da proteção civil?		Sim	☐		
		Não	☐		
Foram convocados os membros da CMPCN para reunir?		Sim	☐		
		Não	☐		
Os membros da CMPCN compareceram na sala de reuniões?		Sim	☐		
		Não	☐		
Foi comunicado ao SRPCBA sobre a reunião da CMPCN, presenças e identificação de quem preside?		Sim	☐		
		Não	☐		
Na reunião da CMPCN foi explicado o cenário e feito o ponto de situação?		Sim	☐		
		Não	☐		



Em sede da reunião da CMPCN, foi declarada a situação de alerta?	Sim		
	Não		
A CMPCN determinou a ativação do PMEN?	Sim		
	Não		
Foi comunicado ao SRPCBA sobre a decisão de ativação do PMEN?	Sim		
	Não		
8. Gestão da emergência			Comentários
Verificou-se uma boa capacidade de mobilização da CMPCN?	Sim		
	Não		
Foram devidamente administrados os meios e recursos de cada entidade?	Sim		
	Não		
As comunicações foram devidamente efetuadas?	Sim		
	Não		
Houve dificuldade de comunicação com alguma entidade?	Sim		
	Não		
A informação foi devidamente gerida por parte da CMPCN?	Sim		
	Não		
Houve uma boa articulação dos agentes da proteção civil com as restantes entidades?	Sim		
	Não		
Foi divulgada no site da CMN informação sobre a ativação do PMEPCN?	Sim		
	Não		
Foram divulgados no site da CMN os procedimentos a adotar pela população?	Sim		
	Não		
A CMPCN dispõe de boas condições logísticas?	Sim		
	Não		
Foram verificadas falhas de atuação graves? (se sim, indique quais)	Sim		
	Não		
Houve um bom funcionamento e organização da CMPCN?	Sim		
	Não		
O grau de dificuldade do exercício foi apropriado?	Sim		
	Não		
Considera que o PMEPCN deverá ser alterado para colmatar as falhas detetadas no decorrer do exercício?	Sim		
	Não		
Considera que foram colmatadas as falhas detetadas nos exercícios anteriores? (se não, indique o que ainda carece de aperfeiçoamento)	Sim		
	Não		
9. Apreciação geral do exercício			
Documento de consulta pública			
10. Dúvidas			
Percebeu a função que tinha a desempenhar no exercício?			
Refira dúvidas que tem sobre o exercício?			



Necessita de mais apoio no terreno?	
Necessita de formação? Em que áreas?	
Outras dúvidas:	
11. Comentários adicionais	

5. Lista de distribuição

A Lista de Distribuição constante na tabela seguinte constitui a lista das entidades a quem é assegurada a distribuição do PMPCN, designadamente os agentes, organismos e entidades neles mencionados, as entidades integrantes da CMPCN, as autoridades de proteção civil das unidades administrativas adjacentes de nível similar, a autoridade de proteção civil de nível territorial imediatamente superior e a Autoridade Nacional de Proteção Civil e o SRPCBA.

A distribuição do PMPCN é assegurada em formato digital.

Será também assegurada a disponibilização pública das componentes não reservadas do plano em suportes de tecnologias de informação e comunicação.

Tabela 46: Lista de distribuição.

Lista de distribuição	
Entidade	  Conteúdos reservados Não são submetidos a consulta pública, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 6º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio.
Comissão Municipal de Proteção Civil de Nordeste (CMPCN)	
Câmara Municipal de Nordeste	
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Nordeste.	
Polícia de Segurança Pública de Nordeste	
Centro de Saúde de Nordeste	
Delegado de Saúde Concelhio	
Núcleo da Ação Social de Nordeste	
Serviço Florestal de Nordeste	
Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas	
Santa Casa da Misericórdia de Nordeste	
Corpo Nacional de Escutas	
Junta de Freguesia da Salga	
Junta de Freguesia da Achadinha	
Junta de Freguesia da Achada	
Junta de Freguesia de Santana	



Junta de Freguesia da Algarvia	
Junta de Freguesia de Santo António de Nordestinho	
Junta de Freguesia de São Pedro de Nordestinho	
Junta de Freguesia da Lomba da Fazenda	
Junta de Freguesia de Nordeste	
Serviço Municipal de Proteção Civil de Nordeste (SMPCN)	
Vice-Presidente da CMN	
Secretária	
Técnica do gabinete de informação e relações públicas da CMN	
Técnicos do serviço de contabilidade da CMN	
Técnico veterinário municipal	
Técnicos do GAS da CMN	
Técnica da CMN na área da arquitetura, património e ordenamento do território	
Técnico da CMN na área da construção civil	
Encarregado das obras da CMN	
Encarregado do parque de máquinas da CMN	
Técnico (Nordeste Ativo)	
Encarregado (Nordeste Ativo)	
Outros Agentes de Proteção Civil (APC) e Organismos e Entidades de Apoio (OEA)	
SRPCBA	
Forças Armadas (Comando Operacional dos Açores)	
Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo	
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia	
Nordeste Ativo	
Associação de Radioamadores dos Açores	
EBSN	
PT COMUNICAÇÕES	
Eletricidade dos Açores (EDA)	
Correios de Portugal (CTT)	
Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros (Caetano Raposo e Pereira)	
Lions Clube de Nordeste	
Clube Naval do Nordeste	
A Autoridade Marítima	
Cruz Vermelha Portuguesa	
Pombal-Escola Municipal / Clube dos Amigos da Columbofilia de Nordeste	
SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (Nordeste)	
Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC)	
IVAR	
Casas do Povo	L.ª da Fazenda
	Nordestinho
	Achada/Santana
	Achadinha
Paróquias	Achada, Achadinha, Salga, Santana
	Algarvia, Lomba da Fazenda, São Pedro de Nordestinho
	Pedreira, Matriz de São Jorge, Santo António de Nordestinho

Conteúdos reservados

Não são submetidos a consulta pública, de acordo com o disposto no n.º1 do artigo 6º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio.



ANEXOS

Documento de
consulta pública



ANEXO I – Cartografia de risco (cartografia de suporte às operações de emergência de Proteção Civil)

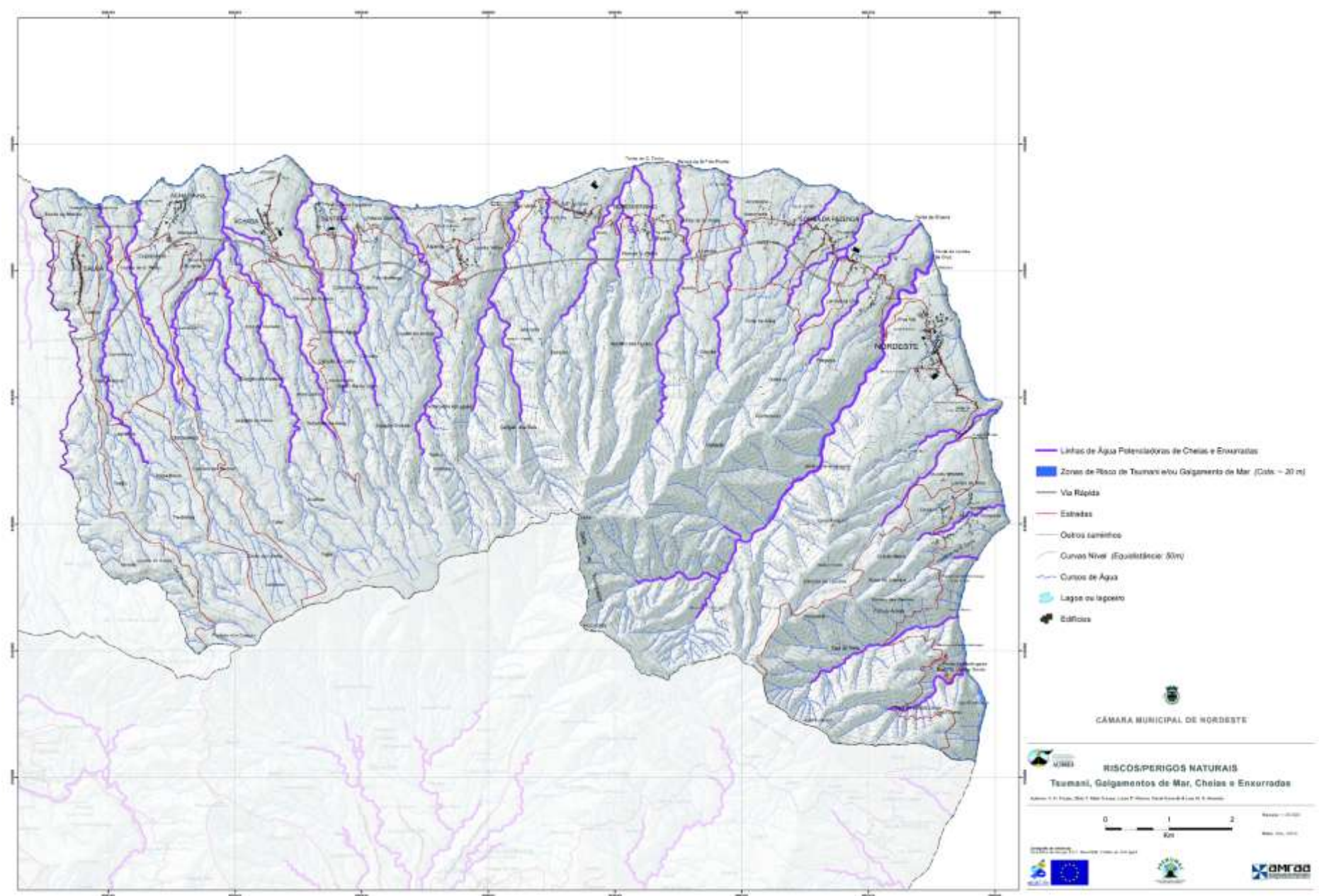
A cartografia dos planos de emergência de proteção civil tem por objetivo fornecer um instrumento de apoio às operações de socorro, quer descrevendo o território face aos riscos e elementos vulneráveis, quer representando graficamente a cenarização das situações de acidente grave ou catástrofe elencadas no plano.

Importa referir que a **cartografia de risco** que se apresente no Anexo I foi elaborada em 2012 pelo OVGA (Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores), para a AMRAA (Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores), no âmbito do projeto PREMUMAC. Os elementos cartográficos foram cedidos à CMN para efeitos de inclusão no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Nordeste.

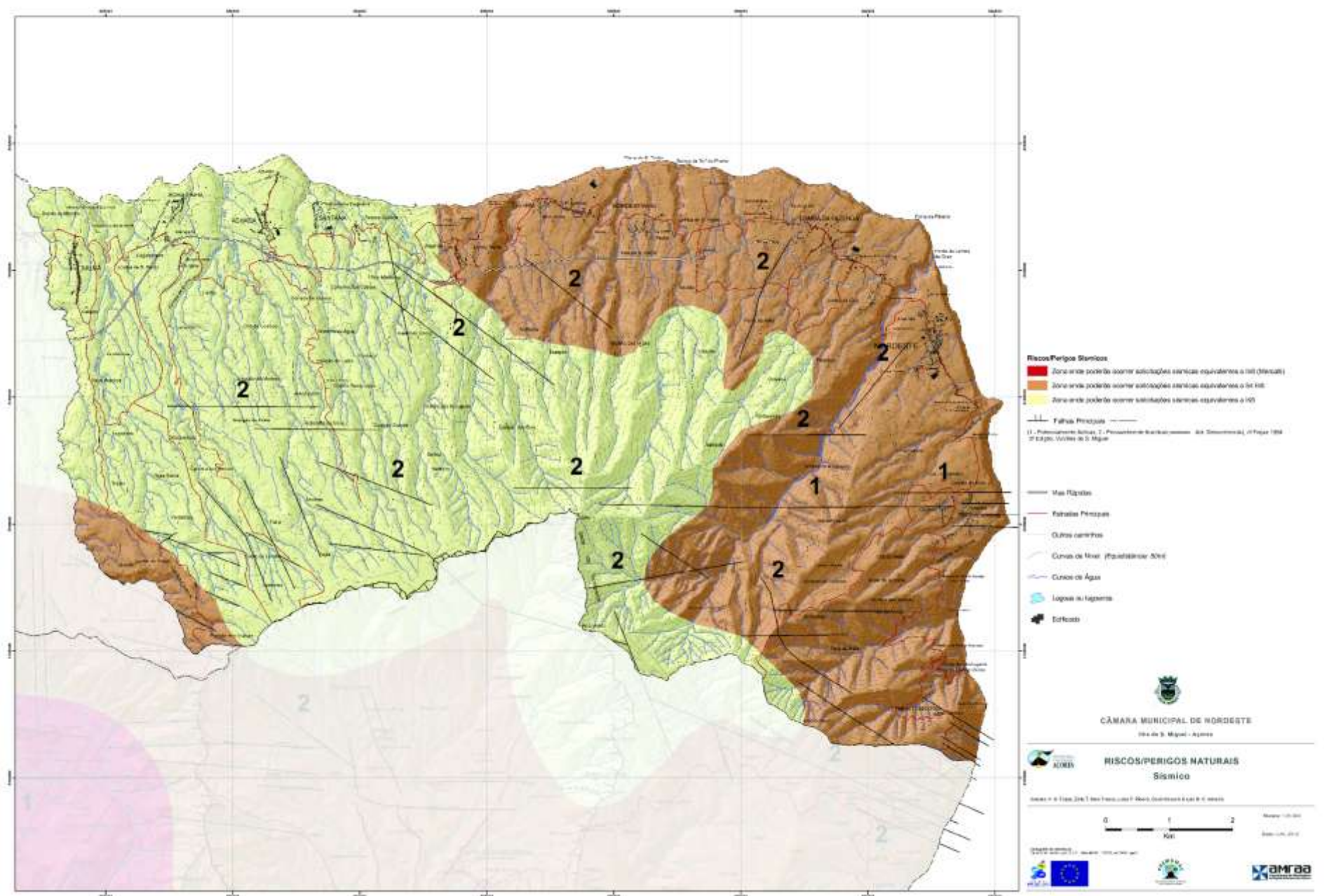
Contudo, estes elementos gráficos foram cedidos em formato *.pdf, não editável. Por motivos de reserva de **direitos de autor**, não foi possível obter os ficheiros em formato vetorial, pelo que ficaram prejudicados diversos trabalhos que terão de ser elaborados *à posteriori*, tais como:

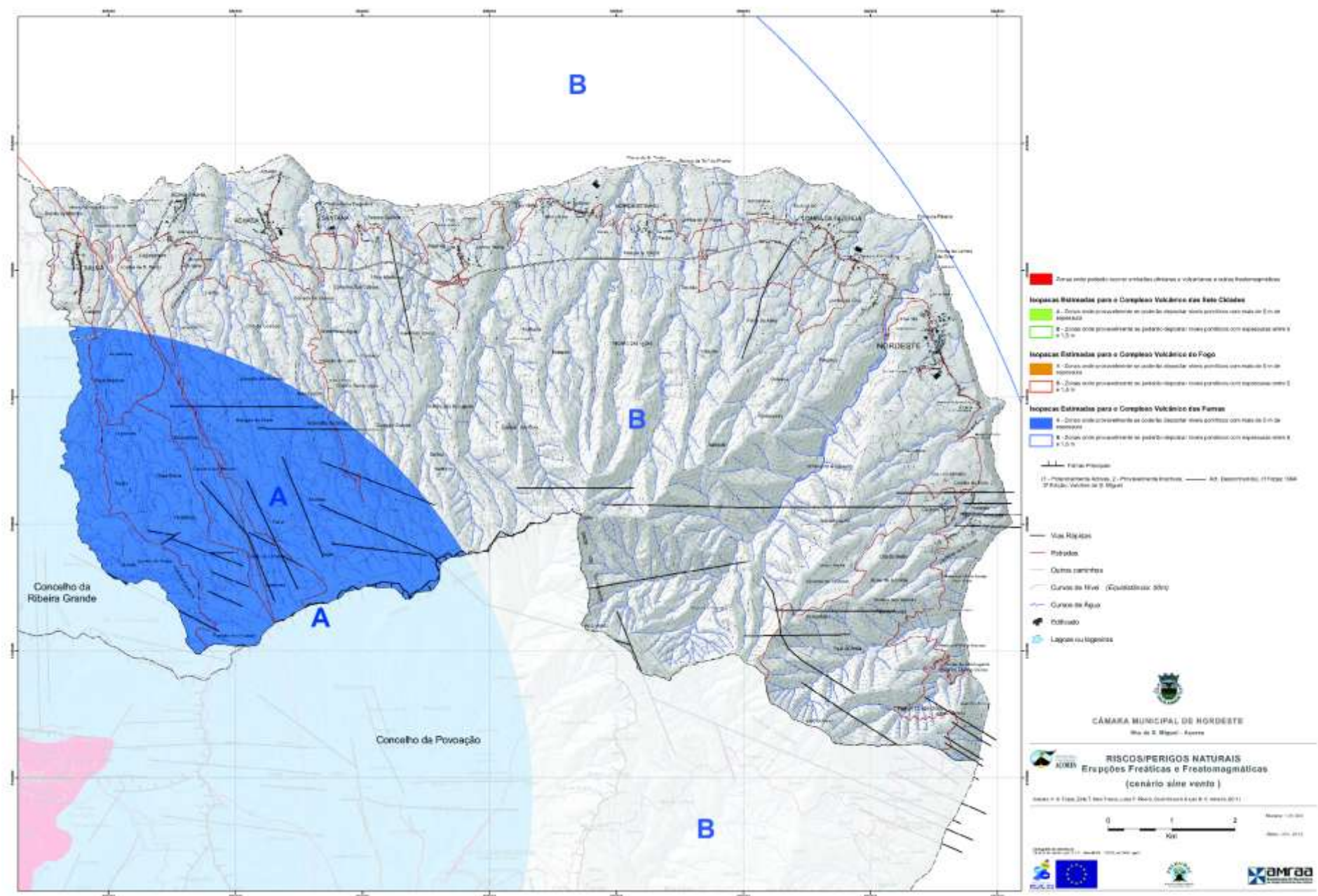
- Atualização dos elementos cartográficos;
- Elaboração da cartografia de risco em formato vetorial;
- Georreferenciação (PTRA08-UTM/ITRF93);
- Integração da informação cartográfica em bancos de dados comuns;
- Articulação da cartografia de risco com outros planos e instrumentos de gestão territorial;
- Pormenorização em zonas urbanas e/ou industriais;
- Inclusão da cartografia de risco no sistema SIG do município.

Documento de
consulta pública

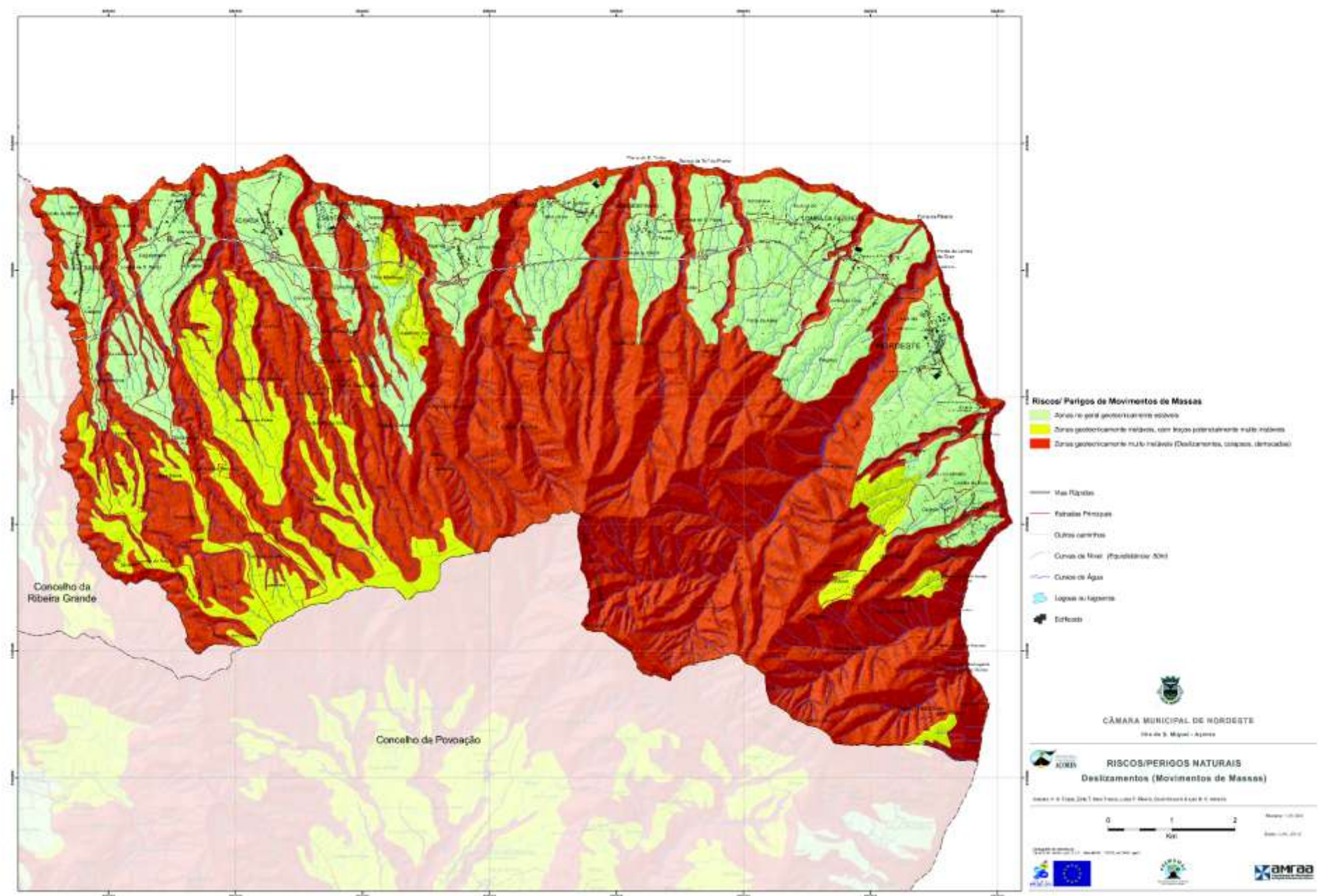


Documento de
consulta pública

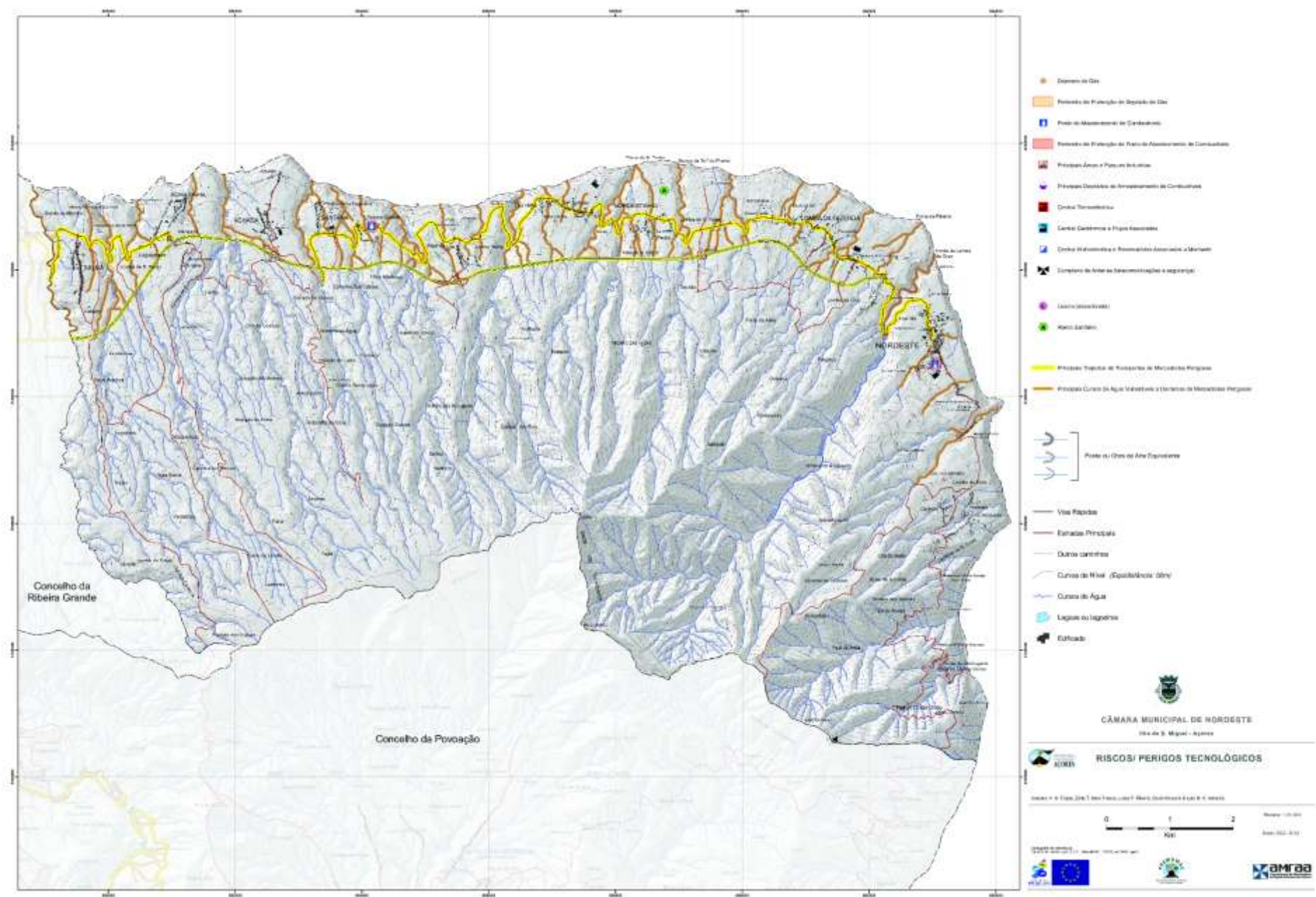




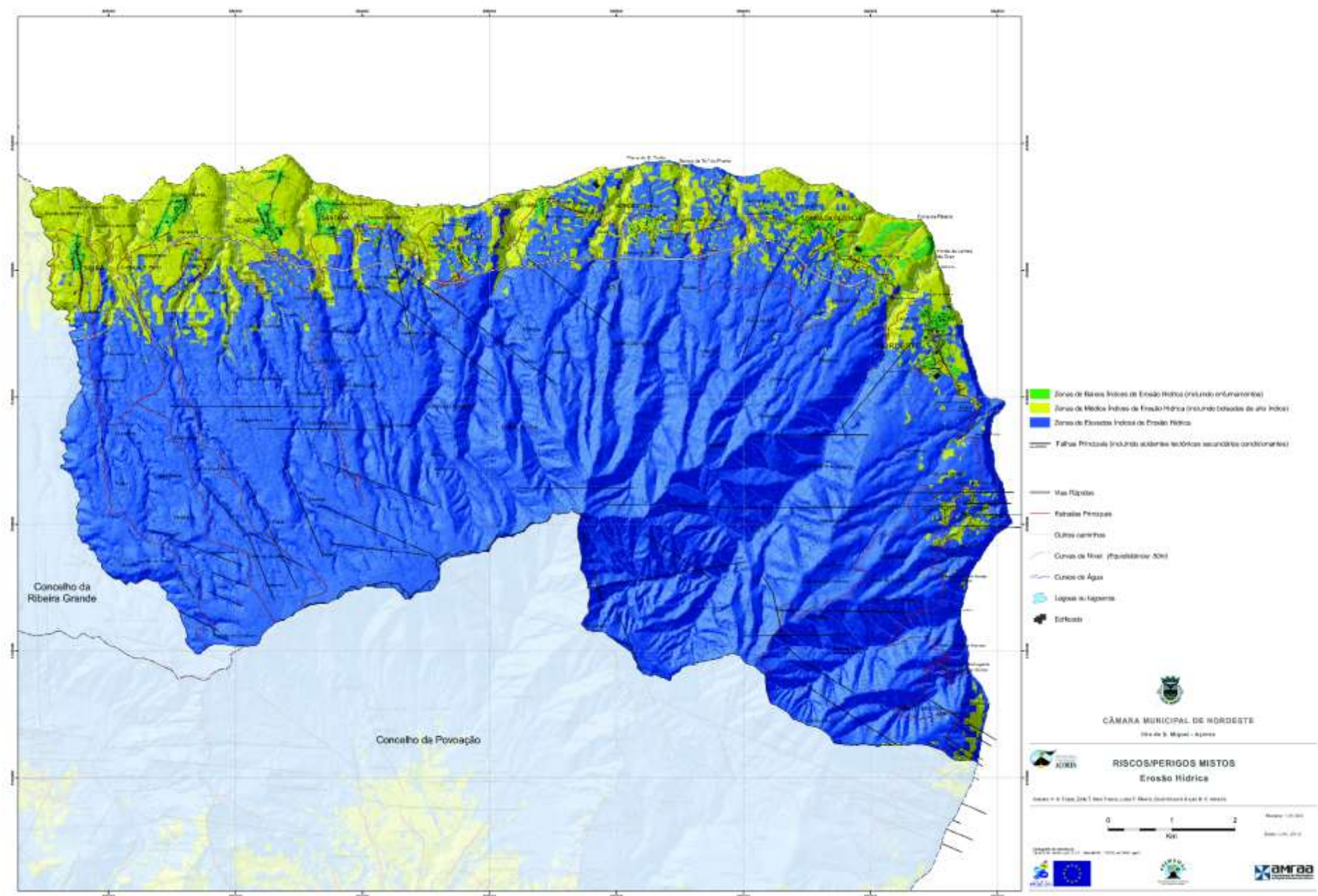
Documento de
consulta pública



Documento de
consulta pública



Documento de
consulta pública



Documento de
consulta pública



ANEXO II – Programa de medidas a implementar.

1. Medidas de prevenção e mitigação dos riscos

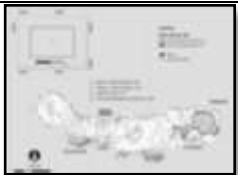
Pretende-se, nesta fase, identificar os instrumentos que concorrem para realizar o objetivo de mitigação do risco, incluindo as medidas de prevenção, de proteção, de inspeção, de autoproteção, de organização das forças de intervenção e de prontidão para o socorro.

A legislação nacional é um dos primeiros instrumentos para a mitigação de riscos, existindo diplomas legais, normas e regulamentos que suportam medidas e posturas municipais. Por outro lado, a adoção de projetos ou programas integrados destinados a mitigar os riscos e as vulnerabilidades do território é fundamental para que se obtenham resultados na eliminação ou na redução da possibilidade de ocorrência ou dos efeitos que possam eventualmente resultar de acidente grave ou catástrofe.

Também os planos de ordenamento do território devem ser considerados como instrumentos de mitigação do risco através da regulação das áreas de risco ou da previsão e requalificação dessas áreas. Nesse âmbito, no que respeita ao quadro estratégico de referência contido nos IGT (Instrumentos de Gestão Territorial) com incidência territorial no Nordeste, elencam-se de seguida os principais instrumentos de planeamento de âmbito nacional, regional e municipal:

Âmbito nacional			
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, e Declaração de Retificação n.º 80-A/2007, de 04 de setembro	
Âmbito regional			
PRA	Plano Regional da Água	Decreto Legislativo Regional n.º 19/2003/A, de 23 de abril	

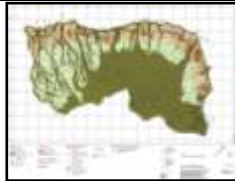


PreDSA	Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da RAA	Maio/2006 Disponível em: http://ot.azores.gov.pt/store/inc/docs_pota/179/PerspectivasSustentabilidadeRAA.pdf	
PS RN2000	Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para a RAA	Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A, de 6 de junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2007/A, de 7 de abril	
PREPCA	Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da RAA	Dezembro/2007 Disponível em: http://www.proxiv.azores.gov.pt/inc/pdf/PREPCA.pdf	
POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da Costa Sul da Ilha de São Miguel	Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2007/A, de 5 de dezembro	
PNI	Parque Natural da Ilha de São Miguel	Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A de 8 de julho e Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de junho	
CIDA	Carta das Instalações Desportivas Artificiais – Grupo Oriental	2009 Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/serv_com/pdf_do_crochette/Grupo_Oriental.pdf	
PROTA	Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores	Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A, de 12 de agosto	



POTRAA	Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores	Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto, e suspensão parcial aprovada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril	
EFA	Estratégia Florestal dos Açores	Julho/2014 Disponível em: http://servicos-sraa.azores.gov.pt/grastore/DRRF/Estrategia_Florestal_Acores.pdf	
PEPGRA	Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores	Decreto Legislativo Regional, n.º 6/2016/A, de 29 de março	
PGRIA	Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores	Decreto Legislativo Regional n.º 20/2016/A, de 10 de outubro	
PGRH	Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016-2021	Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2017/A, de 6 de fevereiro	
PRAC	Plano Regional para as Alterações Climáticas	(em curso)	



Âmbito municipal			
PP-VN	Plano de Pormenor de uma Área da Vila de Nordeste	Aviso n.º 14129/2009, de 10 de agosto (considera-se relevante referir que este plano se encontra atualmente na fase final do processo de revogação, aguardando a deliberação da Assembleia Municipal de Nordeste)	
PP-S	Plano de Pormenor da Salga	Aviso n.º 14237/2009, de 11 de agosto	
CE	Carta Educativa	Elaborada em junho/2011 no âmbito do processo de Revisão do PDM de Nordeste	
MRuído	Mapa de Ruído	Elaborado em outubro/2011 no âmbito do processo de Revisão do PDM de Nordeste	
PDMN	Plano Diretor Municipal de Nordeste	Aviso n.º 1724/2013, de 04/02/2013, retificado pela Declaração de Retificação n.º 196/2013, de 11/02/2013 (revisão do PDM)	
PIRUS	Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável	Elaborado e aprovado em 2016 para efeitos de financiamento no âmbito do PO2020 Açores	

Documento de
consulta pública



a) Plano prévio de intervenção e medidas de mitigação

De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 18 da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, o PMEPCN deve conter um plano prévio de intervenção para cada tipo de risco existente no concelho, de modo a estabelecer medidas de prevenção e mitigação desses riscos.

Nesse contexto, face aos riscos identificados no Capítulo 3 da Parte 1 (Tabelas 1 e 2), sugerem-se algumas intervenções que devem ser consideradas prioritárias no concelho.

A qualquer momento esta tabela pode ser atualizada, devendo ser validada pelas entidades intervenientes.

DESIGNAÇÃO	N.º	MEDIDAS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
Precipitação intensa Cheias e inundações Ciclones, tempestades e furacões	1	Elaboração de um plano de caracterização hidráulica e avaliação de estruturas que implicassem a quebra de energia das linhas de água, descrição de pontes, medidas estruturais	A definir
	2	Verificação da estrutura de pontes e passagens hidráulicas.	A definir
	3	Demolição e reconstrução de eventuais pontes críticas	A definir
	4	Limpeza periódica de cursos de água	De acordo com a legislação
Secas	5	Elaboração de um plano municipal de poupança de água	Nordeste Ativo
	6	Melhoria da rede de abastecimento de água	Nordeste Ativo
Galgamentos costeiros <i>Tsunamis</i>	7	Não permitir a realização de obras de construção nas zonas de risco	CMN
Sismos Atividade Vulcânica	8	Elaboração de um estudo de caracterização e vulnerabilidade do parque habitacional e vias de comunicação	CMN / IVAR
	9	Elaboração de lista de imóveis com valor arquitetónico a preservar	CMN
	10	Listagem de imóveis de recuperação prioritária	CMN
Movimentos de vertente	11	Elaboração de carta geotécnica do concelho de Nordeste (por exemplo, inclui caracterização mecânica de solos e rochas, com parâmetros de resistência e deformabilidade e com a identificação das principais áreas de instabilidade)	A definir
	12	Elaboração de um estudo de suscetibilidade de movimentos de vertente	CMN
	13	Elaboração de um estudo de risco de movimentos de vertente	CMN
	14	Muros de contenção (betão ou gabião), cercas/barreiras (incluindo para detritos)	A definir
	15	Estruturas de contenção de taludes de engenharia biofísica em alguns troços	CMN (projeto piloto com o apoio da SPEA)
	16	Elaboração de um estudo de vulnerabilidade do parque habitacional e vias de comunicação	CMN / IVAR
	17	Promover medidas mitigadoras, em zonas de risco, tais como, medidas de estabilidade de taludes: cobertura vegetal, aplicação de geomembranas/geotêxteis, e de malha protetora	A definir



DESIGNAÇÃO	N.º	MEDIDAS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
Acidentes graves de tráfego	19	Ações de prevenção rodoviária, com campanhas de sensibilização e educação	SMPCN / PSP
Acidentes no transporte de mercadorias perigosas	21	Campanhas de sensibilização	PSP
Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas Colapso de estruturas	22	Elaboração de estudos técnicos sobre o estado das infraestruturas.	A definir
	23	Vistorias periódicas a infraestruturas.	
	24	Estabelecimento de prioridades de intervenção nas infraestruturas debilitadas	
Acidentes em parques industriais	25	Elaboração das MAP dos edifícios do parque industrial da Vila de Nordeste (caso ainda não existam)	Proprietários
Acidentes em instalações de combustíveis	26	Campanhas de sensibilização	A definir
	27	Elaboração das MAP das instalações (caso não existam)	Proprietários
Incêndios em edifícios	29	Elaboração das MAP dos edifícios no âmbito da SCIE	Proprietários
Incêndios florestais	30	Proibição de queimadas em períodos críticos a anunciar pelas entidades	A definir
Acidentes de poluição	31	Limpeza de linhas de água nos aglomerados urbanos	CMN / JF
	32	Limpeza das zonas balneares	CMN / JF
	33	Ações de formação e prevenção (explorações agropecuárias)	SMPCN (veterinário)
Gerais	34	Informar a população acerca dos riscos existentes	CMN / SMPCN / SRPCBA
	35	Ações de formação às populações e APC	CMN / SMPCN / SRPCBA
	36	Identificar os constrangimentos, nomeadamente em meios e recursos, que dificultem ou impossibilitem operações de Proteção Civil	CMN
	37	Implementação de um gabinete de Proteção Civil	CMN / UAc
	38	Definição de áreas nos planos municipais de ordenamento do território que são alvo de restrições	CMN
	39	Elaboração da cartografia de risco em formato vetorial e atualização dos elementos cartográficos	CMN / SMPCN / UAc
	40	Georreferenciação da cartografia de risco (PTR08-UTM/ITRF93)	CMN / SMPCN
	41	Integração da informação cartográfica em bancos de dados comuns	CMN / SMPCN
	42	Articulação da cartografia de risco com outros planos e instrumentos de gestão territorial	CMN / SMPCN
	43	Pormenorização da cartografia de risco em zonas urbanas e/ou industriais	CMN / SMPCN
	44	Inclusão da cartografia de risco no sistema SIG do município	CMN / SMPCN

Documento de
consulta pública



2. Programa de medidas a implementar para a garantia da manutenção da operacionalidade do plano

De modo a garantir a permanente operacionalidade do plano de emergência de proteção civil, deverá manter-se a prontidão dos agentes e entidades nele envolvidos e recolher lições para a sua melhoria e atualização permanentes.

Para isso, deverão ser realizados exercícios com periodicidade máxima de dois anos, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 8º da Resolução nº 30/2015, de 7 de maio. Os referidos exercícios poderão envolver o teste à totalidade ou apenas a parte do Plano. Estes serão do tipo TTX, CPX ou LIVEX:

Tipologia de exercícios de proteção civil			
Tipos de exercícios / natureza		Descrição	Finalidade
TTX	Exercício de Decisão	Exercícios com cenários transmitidos de forma escrita e/ou verbal, com vista a avaliar a eficácia de determinados procedimentos, no âmbito da gestão de emergências que permitam identificar eventuais constrangimentos, normalmente ao nível da coordenação e da atribuição de missões específicas aos participantes. Servem para praticar procedimentos já definidos. Não são mobilizados recursos, meios ou equipamentos. Não existe simulação física dos eventos associados ao cenário. São normalmente conduzidos em sala	
CPX	Exercício de Posto de Comando	Exercícios em que a emergência escolhida para cenário é simulada da forma mais realista possível, mas sem recorrer à movimentação real de meios de intervenção Nestes casos, deverá ser desenvolvida de forma exaustiva uma descrição do cenário e deverão ser geradas mensagens e comunicações que circulem entre os diversos jogadores, com vista a promover uma dinâmica que permita conduzir o exercício e envolver os jogadores na emergência simulada, injetando os incidentes decorrentes do cenário principal Os exercícios CPX podem decorrer nos próprios centros de operações envolvidos (fixos ou móveis), devendo ser utilizados canais reais de comunicações Podem e devem ser utilizados em preparação de um exercício à escala real	Teste de planos Teste de procedimentos Testar diretivas Avaliar a capacidade operacional Avaliar a coordenação ao nível institucional
LIVEX	Exercício à Escala Real	Os exercícios LIVEX são, muitas vezes, o culminar de um processo mais prolongado, no qual outros exercícios de menor envergadura foram conduzidos Nestes exercícios, existe mobilização real dos meios e recursos envolvidos nas ações de resposta, numa linha de tempo também real ou simulada O cenário deve ser o mais próximo possível da realidade Os exercícios LIVEX na área da proteção civil visam avaliar a capacidade operacional dos sistemas de gestão de operações nas suas várias valências, assim como a coordenação ao nível institucional Estes exercícios podem acarretar custos mais elevados, pelo que devem ser precedidos de uma fase de planeamento bem cuidada	



Deverão ainda ser previstas outras ações destinadas a garantir a operacionalidade do plano, tais como, por exemplo, a implementação de sistemas de monitorização, alerta e aviso ou a elaboração de diretivas, planos operacionais ou planos prévios de intervenção.

Deverá igualmente ser prevista a realização de ações de sensibilização e formação, destinadas tanto à população como às entidades intervenientes nos planos, nomeadamente visando, entre outros:

- Garantir que todas as entidades intervenientes no plano estão inteiradas dos procedimentos e instruções específicas a realizar face à ativação do plano;
- Informar a população acerca dos riscos existentes e dos sistemas de aviso implementados;
- Sensibilizar a população para as medidas de autoproteção mais adequadas para as diferentes tipologias de risco.

Documento de
consulta pública



ANEXO III – CMPCN e SMPCN

O presente anexo estabelece a orgânica interna da CMPCN e do SMPCN, atualizando-os em conformidade com o disposto na presente versão do PMEPCN.

Estas listagens podem ser atualizadas a qualquer momento, devendo as atualizações ser devidamente distribuídas por todos os membros.

Conteúdos reservados

Não são submetidos a consulta pública, de acordo com o disposto no n.º1 do artigo 6º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio.

Documento de
consulta pública